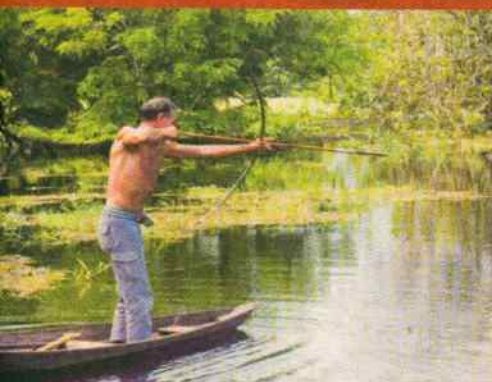


2008

BALANÇO DAS AÇÕES PARA POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS



2008

BALANÇO DAS AÇÕES PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

AGOSTO - 2009

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. BREVE HISTÓRICO **5**
 - 1.1 LINHA DO TEMPO - GRANDES MARCOS **8**
2. RESULTADOS ALCANÇADOS **12**
 - 2.1 EIXO 1. ACESSO AOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E RECURSOS NATURAIS **12**
 - 2.2. EIXO 2 - INFRAESTRUTURA **15**
 - 2.3. EIXO 3 - INCLUSÃO SOCIAL **15**
 - 2.4. EIXO 4 - FOMENTO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL **21**
3. PRINCIPAIS CONCLUSÕES **25**
4. DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS
- PLANOS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS 2009-2010 **25**



APRESENTAÇÃO

Este balanço tem como foco principal apresentar à sociedade brasileira as ações realizadas em 2008, para povos e comunidades tradicionais, como fruto de intenso trabalho que se iniciou há mais de 10 anos, e culminou com a formalização da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, em 2006. O valor total da execução nesse período supera quinhentos milhões de reais.

O Balanço foi construído a partir das informações prestadas pelos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Secretaria Especial de Políticas e Pesca - SEAP, Fundação Cultural Palmares - FCP, Ministério da Saúde - MS, Ministério da Cultura - MinC, Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH, Ministério da Educação - MEC, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Ministério das Minas e Energia - MME, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e está organizado em três partes. Na primeira, apresenta um histórico com os principais marcos para a construção da Política. Na Segunda parte, mostra os resultados em 2008 e as principais conclusões.

A terceira parte do balanço, apresenta os desafios e as ações prioritárias planejadas para 2009 e 2010.



1. BREVE HISTÓRICO

A Constituição Federal de 1988 é um marco histórico no processo de redemocratização política do Brasil, sendo entendida como elemento primordial na solidificação dos direitos individuais e coletivos. Todavia, além das condições para a abertura política, com ampla repercussão para a sociedade como um todo, a Carta Magna oferece um outro processo de democratização, mais amplo e abrangente, ao reconhecer as formas diferenciadas de organização social e cultural de distintos segmentos da sociedade brasileira. Este é o caso, por exemplo, dos direitos diferenciados e reconhecidos dos povos indígenas e comunidades quilombolas. Ao estabelecer prerrogativas diferenciadas para esses povos e comunidades, a Carta Magna opera, de forma direta, nos princípios fundamentais da constituição do próprio Estado brasileiro, uma vez que se flexibilizam os conceitos vigentes sobre o que é a sociedade brasileira, sua composição e como ocorreu a sua formação.

Em última instância, a consolidação de tais direitos revela, não só o reconhecimento por parte do Estado da diversidade sociocultural existente no Brasil, como a necessidade de se repensar conceitos atinentes às noções de desenvolvimento, propriedade e uso dos recursos naturais, de forma que os mesmos passem a incluir princípios mais adequados às realidades diferenciadas desses povos e comunidades. Nesse sentido, políticas públicas nos campos da educação, saúde e garantia dos direitos fundamentais vêm sendo, paulatinamente, reformuladas, visando à efetivação das particularidades reconhecidas, explicitamente, no texto constitucional.



A busca da legítima ampliação deste genuíno processo de democratização, levou o Governo Federal a estruturar os elementos iniciais de uma nova política, voltada para a inclusão no arcabouço conceitual e legal do Estado brasileiro, isto é, a inclusão de outras formas de organização social, que não estão plenamente representadas nas categorias já reconhecidas e expressas nos termos legais (indígenas ou remanescentes de comunidades de quilombos – art. 231 – CF e art. 68 do ADCT).

O Governo Federal vem implementando esforços, também para desenvolver políticas públicas voltadas a esses segmentos sociais, bem como contemplar suas especificidades no âmbito de políticas nacionais. Dentre essas iniciativas, encontra-se o Programa Brasil Quilombola, que reúne ações de diversos órgãos do Poder Executivo Federal voltadas às comunidades remanescentes de quilombos; o Plano Nacional da Reforma Agrária que contemplou estas comunidades e também as populações indígenas, extrativistas, ribeirinhas e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que considerou, além dos demais segmentos relacionados, pescadores artesanais, povos da floresta e seringueiros. Outro exemplo deste processo é o Programa Comunidades Tradicionais, voltado para o fomento de projetos de produção sustentáveis nos mais diferentes componentes das comunidades tradicionais. Inicialmente destinado à região amazônica, foi ampliado, a partir de 2006, para todas as regiões do Brasil.

Em dezembro de 2004, foi criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (por Decreto da mesma data) presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, pela Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias. Cabe ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, as atribuições de Secretaria Executiva.

Em agosto de 2005, foi realizado o I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: Pautas para Políticas Públicas. O evento teve como principal objetivo estabelecer uma discussão conceitual a respeito do termo “comunidades tradicionais” no Brasil e identificar, junto aos representantes das diversas comunidades subentendidas neste conceito, quais as principais demandas do setor em políticas públicas e os principais entraves encontrados para serem efetivadas.

Um dos resultados alcançados durante o encontro, foi a eleição dos representantes das comunidades tradicionais, que passariam a compor a Comissão Nacional. A este respeito, os participantes compreenderam necessário que a Comissão Nacional passasse a ser composta por 15 órgãos governamentais e 15 representantes das comunidades tradicionais, mantendo-se a presidência no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria Executiva no Ministério do Meio Ambiente.

Em 14 de julho de 2006, foi publicado no D.O.U o Decreto de 13 de julho de 2006, que instituiu a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, cuja composição encontra-se na parte final deste relatório, com as seguintes competências:

“I - coordenar a elaboração e acompanhar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;”

“II - propor princípios e diretrizes para políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal, observadas as competências dos órgãos e entidades envolvidos;”

“III - propor as ações necessárias para a articulação, execução e consolidação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, estimulando a descentralização da execução destas ações e a participação da sociedade civil, com



especial atenção ao atendimento das situações que exijam providências especiais ou de caráter emergencial;”

“IV - propor medidas para a implementação, acompanhamento e avaliação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;”

“V - identificar a necessidade e propor a criação ou modificação de instrumentos necessários à implementação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;”

“VI - criar e coordenar câmaras técnicas ou grupos de trabalho compostos por convidados e membros integrantes, com a finalidade de promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional de que trata o inciso I, observadas as competências de outros colegiados instituídos no âmbito do Governo Federal;”

“VII - identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização, voltadas tanto para o poder público quanto para a sociedade civil, visando o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;”

“VIII - promover, em articulação com órgãos, entidades e colegiados envolvidos, debates públicos sobre os temas relacionados à formulação e execução de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.”

A reunião para a instauração da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais ocorreu nos dias 02 e 03 de agosto de 2006. Teve entre seus pontos de pauta a análise e o debate do texto base apresentado pela Secretaria Executiva, a partir dos subsídios elaborados durante a oficina de trabalho governamental, ocorrida no mês de junho. Após a reunião, todas as contribuições apresentadas pelos representantes governamentais e da sociedade civil foram consolidadas e encaminhadas para deliberação durante a 2ª. Reunião Ordinária da CNPCT, que teve lugar entre os dias 30 de agosto e 01 de setembro de 2006, em Brasília.


Durante esta 2ª. Reunião, foi aprovada a versão final do texto base da PNPCT a ser submetido à apreciação dos representantes de povos e comunidades tradicionais em 5 Oficinas Regionais de Trabalho, realizadas no período de 14 a 24 de setembro de 2006, nos seguintes locais e datas: Belém e Rio Branco: 14 a 16 de setembro; Curitiba: 18 a 20 de setembro e Cuiabá e Paulo Afonso: 21 a 23 de setembro. Participaram destas oficinas cerca de 350 lideranças, representantes de povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil. A mobilização social para a realização destes eventos foi coordenada pelos representantes da sociedade civil na Comissão, ficando sob os encargos do Governo Federal a coordenação e execução da parte logística e do apoio técnico.

Os resultados obtidos durante os cinco eventos foram sistematizados e apresentados à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em sua 3ª. Reunião Ordinária, ocorrida nos dias 16 e 17 de novembro de 2006, em Brasília – DF.

A reunião teve como objetivos apresentar os resultados obtidos durante as Oficinas Regionais, submetendo o relatório final à aprovação da Comissão, bem como a elaboração e aprovação do Decreto de Instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, cuja proposta de texto foi apresentada pela Secretaria Executiva da CNPCT, subsidiadas



IV
A



pelas Consultorias Jurídicas do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Esta proposta de Decreto aprovada pela CNPCT foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Meio Ambiente, em 24 de dezembro de 2006, tendo sido submetida à análise dos Ministérios da Justiça, Saúde, Previdência e à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em 8 de fevereiro de 2007, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, instituindo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que estabeleceu os princípios, objetivos e instrumentos para a sua implementação. A PNPCT tem como principal meta promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase, no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, valorização das origens, suas formas de organização e suas instituições. São instrumentos de implementação da PNPCT:

“I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;”

“II - a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;”

“III - os fóruns regionais e locais;”

“IV - o Plano Plurianual.”

1.1. LINHA DO TEMPO - GRANDES MARCOS

1985 - Nasceu o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado na Universidade de Brasília; resultado do incansável trabalho de Chico Mendes à frente dos embates contra as derrubadas no Acre, e das muitas iniciativas e esforços em defesa da floresta e da reforma agrária, que aconteciam, simultaneamente, em diferentes locais da Amazônia.

1988 - A Constituição Federal Brasileira reconheceu formas diferenciadas de organização social e cultural de distintos segmentos da sociedade; estabeleceu prerrogativas diferenciadas para povos indígenas e comunidades quilombolas (art. 231 - CF e art. 68 do ADCT), quanto à garantia de regularização de seus territórios.

O líder seringueiro Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri/AC.

1989 - A primeira edição do Encontro Nacional dos Povos das Florestas aconteceu juntamente com o 2º Encontro Nacional de Seringueiros, no Acre. Naquela ocasião, a Aliança dos Povos da Floresta foi instituída com os propósitos de defender as terras das populações tradicionais, e assegurar a implementação de políticas públicas que garantissem sua sobrevivência e cultura.

- 2000** – Criação da Ação de Apoio às Comunidades Agroextrativistas da Amazônia – Amazônia Solidária que integrou o Plano Amazônia Sustentável no PPA 2000-2003; a ação foi gerida pela Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA do MMA e objetivou contribuir para o fortalecimento social e econômico das comunidades extrativistas dos nove estados da Amazônia Legal. Para sua implementação, firmou-se um projeto de cooperação técnica entre o MMA e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD – BRA/99/025 Programa Nacional de Apoio ao Agroextrativismo na Amazônia.
- 2003** – O II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, apresentado em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília, contemplou comunidades quilombolas, populações indígenas, extrativistas e ribeirinhas.

Em parceria com o MDS, o MMA criou a Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas – Carteira Indígena –, para a promoção da segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas.

- 2004** – Pesquisas nacionais apontavam que cerca de ¼ do território brasileiro era ocupado por povos e comunidades tradicionais (cerca de cinco milhões de famílias); este segmento inclui, entre outros grupos, dois milhões de quilombolas, um milhão de atingidos por barragens, 435 mil indígenas, 400 mil quebradeiras de coco e babaçu, 37 mil seringueiros e 163 mil castanheiros.

Em março foi criado o Programa Brasil Quilombola (PPA 2004-2007), com a finalidade precípua de coordenar as ações governamentais para as comunidades remanescentes dos quilombos, por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, com ênfase na participação da sociedade civil. O Programa é coordenado pela Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial - SEPPPIR –, junto à Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais e conta com 21 órgãos da administração pública federal.

Foi criado o Programa Comunidades Tradicionais (PPA 2004 – 2007), voltado para o fomento de projetos de produção sustentáveis nos mais diferentes segmentos das comunidades tradicionais. Inicialmente destinado à região amazônica, foi ampliado, a partir de 2006, para todas as regiões do Brasil.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, passa a assegurar também aos extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores, povos da floresta, seringueiros, entre outros, o acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural pública gratuita, de qualidade e quantidade suficientes.

Em dezembro, foi criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais com a missão de elaborar e implementar a Política Nacional de Povos voltada para estas Povos e Comunidades. A Comissão é presidida pelo MDS, cabendo ao MMA a secretaria executiva.

Em junho, o MMA e MDS realizaram a I Oficina Nacional de Trabalho da Carteira Indígena, para pactuar com representantes das organizações indígenas, das várias regiões do país, as diretrizes e normas de acesso aos recursos.

Em agosto, o MMA e o MDS realizaram na cidade de Luziânia (GO), o I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais com o objetivo de estabelecer uma

discussão conceitual a respeito do termo “comunidades tradicionais” no Brasil, e identificar as principais demandas do setor.

Em dezembro, foi realizado em Delmiro Gouveia (AL), o I Encontro dos Povos Tradicionais do São Francisco. Foi uma realização conjunta do MMA e do Ministério da Cultura – MinC – e contou com a participação de outros ministérios: Esporte, Turismo, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Minas e Energia, Educação, Justiça, e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, além dos governos estaduais de Alagoas, Bahia e Sergipe e as prefeituras das cidades do entorno do Polo de Xingó.

2006– O MMA, o MDS e o MDA realizaram, em março, na cidade de Porto Alegre (RS), como evento preparatório para a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural-CIRADR –, o Seminário Nacional: “A questão da institucionalização do acesso ao território de comunidades tradicionais extrativistas e locais”. O principal objetivo do seminário foi construir uma proposta de agenda de trabalho para a CNPCT referente a esta temática.

O MMA, em cooperação com o MDS, a Associação Brasileira de Antropologia e a Rede Faxinais, promoveu, durante a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8), o evento paralelo intitulado: “A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil”: uma experiência na criação de espaços públicos para povos indígenas e comunidades locais, com o objetivo de divulgar a Comissão como instância de discussões sobre as especificidades étnossociais bastante diversas no Brasil.

Visando subsidiar os trabalhos da CNPCT, o MDS e o MMA realizaram, em junho, uma oficina de trabalho com representantes de órgãos da administração pública federal, que resultou na primeira proposta de texto base para a construção da PNPCT.

Foi publicado no Diário Oficial da União - D.O.U - o Decreto de 13 de julho de 2006, que instituiu a CNPCT, cuja nova composição passou a contar com 15 representantes da sociedade civil e 15 do governo federal, alterando o nome para Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Em agosto, realizou-se a reunião de instauração da CNPCT, e teve entre seus pontos de pauta a análise e o debate do texto base da PNPCT, apresentado pela Secretaria Executiva, a partir dos subsídios construídos durante a oficina de trabalho governamental, ocorrida no mês de junho.

Em agosto, na 2ª Reunião Ordinária da CNPCT, foi aprovada a versão final do texto base da PNPCT.

Em setembro, foram realizadas cinco Oficinas Regionais de Trabalho para análise do texto base da PNPCT, em Belém, Rio Branco, Curitiba, Cuiabá e Paulo Afonso-BA. Participaram cerca de 350 lideranças, representantes de povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil. Os resultados obtidos foram sistematizados em dois documentos: um contendo todas as propostas apresentadas em cada uma das oficinas, e outro contendo uma sugestão da relatoria de consolidação das propostas apresentadas em comparação com a originalmente preparada.

O MMA e o MDS realizaram Seminário Nacional de Avaliação da Carteira Indígena, com a presença de cerca de 80 representantes indígenas de todo o país, parceiros não-governamentais e instituições federais (FUNAI, MDA, MEC, FUNASA, EMBRAPA).

Em novembro, ocorreu a 3ª Reunião Ordinária da CNPCT que objetivou apresentar os resultados obtidos durante as Oficinas Regionais, submetendo o relatório final à aprovação da Comissão, bem como à elaboração e aprovação da Minuta de Decreto para a instituição da PNPCT.

Em dezembro, a proposta de Decreto, aprovada pela CNPCT, foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República pelo MDS e MMA, tendo sido submetida à análise dos Ministérios da Justiça, Saúde e Previdência e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

2007 – Em 8 de fevereiro de 2007, foi publicado no D.O.U. o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que, além de estabelecer os princípios, objetivos e instrumentos para a sua implementação, também determinou o prazo de 90 dias, a partir de sua publicação, para que a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais desse publicidade aos resultados das oficinas regionais realizadas no mês de setembro de 2006, originando o próprio decreto, e elaborassem uma proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e um Programa Multissetorial para a sua implementação.

Em abril, na 4ª Reunião Ordinária, ocorreu a aprovação e instituição das diretrizes para a PNPCT.

O MMA e o MDS realizaram Encontros de Intercâmbio com os Povos Indígenas das regiões Nordeste, Sul, Sudeste, Amazônia Legal e no estado de Mato Grosso do Sul, preparatórios para a II Oficina Nacional de Trabalho da Carteira Indígena. Foi criada, por Decreto presidencial, a Comissão Nacional de Política Indigenista.

Em setembro, na 5ª Reunião Ordinária da CNPCT, durante o II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, houve maior participação da sociedade civil, debates sobre o PAC e Agenda Social, instalação das Câmaras Técnicas da CNPCT, início das negociações para inclusão dos povos e comunidades tradicionais na Agenda Social. A construção dessas ações finalizou-se em outubro.

Em dezembro, com o apoio da Sociedade Civil e do Governo do Estado da Bahia, foi realizada a 6ª Reunião Ordinária, em Salvador-BA. Na ocasião, foi discutida a necessidade de realizar a construção de um mapa nacional dos PCT no Brasil e de concluir a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

2008 - As ações governamentais para povos e comunidades tradicionais investiram mais de R\$ 500.000,00 (quinhentos milhões de reais) do orçamento da União nos quatro eixos da PNPCT – acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais, infraestrutura, inclusão social e fomento e produção sustentável.



O MMA e o MJ assinaram Portaria de criação do Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de minuta da Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas (Portaria 276/08, de setembro de 2008)

O MMA e o MDS efetuaram a II Oficina Nacional de Trabalho da Carteira Indígena para avaliação das ações e revisão das diretrizes e normas de acesso a recursos, com cerca de 80 participantes indígenas.

Para a continuidade da implementação do Programa Comunidades Tradicionais no PPA 2008-2011, foi firmado novo projeto de cooperação técnica entre o MMA e o PNUD – BRA/08/012 – Programa Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – com o objetivo de fortalecer e capacitar povos e comunidades tradicionais para a produção sustentável, gestão ambiental territorial e aprimoramento econômico do setor agroextrativista, a fim de melhorar as condições de vida dessas populações.

2. RESULTADOS ALCANÇADOS

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos em 2008 pelos parceiros institucionais que desenvolveram ações para povos e comunidades tradicionais. Os resultados estão organizados por eixos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

2.1. EIXO 1. ACESSO AOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E RECURSOS NATURAIS

Este eixo tem por objetivo garantir os territórios tradicionalmente ocupados, para a reprodução física e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais e resolução de conflitos que incidem sobre seus territórios.

No Quadro 1, verifica-se que foram executados R\$ 12.879.042,28 (doze milhões, oitocentos e setenta e nove mil, quarenta e dois reais e vinte e oito centavos), em 2008, focados na regularização fundiária, identificação de povos tradicionais, criação e gestão de unidades de conservação de uso sustentável e elaboração de diagnósticos rápidos e participativos.



QUADRO 1. AÇÕES DE ACESSO AOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E RECURSOS NATURAIS

Ação	Resultados/Atividades	Órgão Responsável	Valor R\$
Regularização fundiária de territórios de remanescentes quilombolas	Publicação de 17 RTIDS; Publicação de 14 Portarias de reconhecimento; Entregues 13 Títulos e Publicação de 127 certidões de autodefinição.	INCRA FCP	2.871.306,28
Identificação de Povos e Comunidades Tradicionais	Contratação de consultores Publicação de fascículos	MMA	360.000,00
Criação e Gestão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável	Capacitação de moradores; Elaboração participativa do plano de uso das unidades; Criação de 17 Conselhos Deliberativos; Concessão Florestal na Flona Saracá-Taquera; Apoio à criação de gestão de unidades de conservação de uso sustentável e Ordenamento do Território.	ICMBio	9.017.736,00
Diagnósticos Rápidos Participativos	Planos de compensação para atividade pesqueira; Programas de Educação Ambiental; (Os planos e programas são objetos do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos do petróleo e gás, nas regiões do recôncavo e baixo-sul na BA, e lençóis maranhenses).	IBAMA/MMA SEAP Empresas do petróleo e gás	630.000,00
TOTAL DE RECURSOS R\$			12.879.042,28

Outro aspecto que merece destaque neste balanço, é a situação atual da resolução de conflitos de sobreposição de unidades de conservação com territórios de povos e comunidades tradicionais (Quadro 2). A garantia dos direitos territoriais dos mesmos constitui objetivo estratégico da PNPCT.

QUADRO 2. SITUAÇÃO DE CONFLITOS EM TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Parte Envolvidas	Resumo do Conflito	Fase Atual
FUNAI INCRA IBAMA	Sobreposição geográfica das Terras Indígenas Barra Velha (em fase de ampliação) e Comexatiba (em fase de laudo antropológico) com, respectivamente, os Parques Nacionais Monte Pascoal e Parque Nacional do Descobrimento , no Município de Prado, no extremo sul da Bahia.	Em fase de realização de reuniões, para a construção da solução conciliatória.
INCRA ICMBIO	Sobreposição de interesses de comunidades quilombolas e de Unidades de Conservação Parque Nacional de Aparados da Serra (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Parque Nacional da Serra Geral (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).	Fase de conciliação, tendo havido reunião para a análise da situação processual. Processo atualmente suspenso a pedido do ICMBio, que formou GT para estudar a solução.
INCRA ICMBIO	Sobreposição de requerimentos de titulação quilombola com unidades de conservação em cinco estados: Amazonas Município: Novo Airão. Comunidade do Tambor Unidade de conservação: Parque Nacional do Jaú. Amapá Município: Calçoene. Comunidade Cunani. Unidade de conservação: Parque Nacional do Cabo Orange. Minas Gerais Municípios Jequitinhonha e Almenara. Comunidade Mumbuca. Unidade de conservação: Reserva Biológica da Mata Escura. Pará Município de Oriximiná. Terra Quilombola do Alto do Trombetas - Comunidades Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração e Mãe Cué (Alto Trombetas – 200.000 ha). Unidade de conservação: Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional Sacará-Taquera Rondônia Município: São Francisco do Guaporé. Comunidade Santo Antônio do Guaporé. Unidade de conservação: Reserva Biológica Guaporé.	Fase de conciliação, tendo havido uma reunião para a análise de cada situação processual, por estado da federação. Processo atualmente suspenso, que formou GT para estudar a solução.



Parte Envolvidas	Resumo do Conflito	Fase Atual
FUNAI IBAMA	Conflito de interesses indígenas e ambientais, decorrentes da exploração de carcinicultura por indígenas na APA Barra do Rio Mamanguape , no Município de Rio Tinto (PB).	Fase inaugural, com a colheita de manifestações jurídicas e documentos.
ICMBIO SEAP	São 160 pescadores utilizando as áreas da lagoa costeira e do mar no PARNA Lagoa do Peixe/RS para atividade de pesca.	Procedimento administrativo instaurado pela Procuradoria da República no RS. Plano de trabalho em andamento pelo ICMBIO em colaboração com a SEAP.
ICMBIO SEAP	Criação de unidade de conservação de proteção integral nas Ilhas Cagarras com sobreposição de áreas utilizadas pela pesca artesanal	Elaboração de estudo sobre a caracterização da atividade pesqueira contratado pela SEAP. Agendamento da segunda audiência pública.
IBAMA ICMBIO SEAP OEMAs	Conflitos sociais, ambientais e econômicos entre a carcinicultura e a pesca artesanal no estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.	Estudo contratado pela SEAP por solicitação do CONAPE - Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca. Grupo de Trabalho formado no âmbito da SEAP



2.2. EIXO 2 - INFRAESTRUTURA

Em 2008, foram executados R\$ 78.597.045,27 (setenta e oito milhões quinhentos e noventa e sete mil e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos) em ações de instalação de energia elétrica, saneamento, habitação e transporte (Quadro 3). Este eixo da PNPCT tem por finalidade implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais, garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetadas, direta ou indiretamente, por projetos, obras e empreendimentos.

2.3. EIXO 3 - INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social de povos e comunidades tradicionais tem como objetivo garantir uma educação diferenciada, de acordo com as características próprias de cada povo ou comunidade; o reconhecimento, fortalecimento e formalização da cidadania; atenção à saúde diferenciada; acesso às políticas públicas, universais, de inclusão social; segurança pública e direitos humanos. Assim sendo, em 2008, foram aplicados R\$ 258.181.078,05 (duzentos e cinquenta e oito milhões e cento e oitenta e um mil e setenta e oito reais e cinco centavos), conforme descrito no Quadro 4.

QUADRO 3. AÇÕES DE INFRAESTRUTURA

Ação	Resultados/Atividades	Órgão Responsável	Valor R\$
Luz para todos	Instalação de energia elétrica em comunidades quilombolas.	SEPPIR MME	24.400.000,00
Saneamento Básico	Atendimento de saneamento básico por meio de 140 projetos, atendendo 114 comunidades.	SEPPIR FUNASA	38.284.811,67
Construção de infraestrutura de transporte	Ponte de Ivaporanduva Ponte Comunidade Kalunga	MI SEPPIR EXÉRCITO	5.600.000,00
Habitação	Construção ou readequação de habitações em comunidades quilombolas Construção de 126 casas para pescadores do recôncavo (BA)	SEPPIR CEF Ministério das Cidades SEAP	10.312.233,60
TOTAL DE RECURSOS R\$			78.597.045,27

QUADRO 4. AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL

Ação	Resultados/Atividades	Órgão Responsável	Valor R\$
Saúde da Família e Saúde Bucal	Atendimentos realizados a famílias quilombolas e de assentados	MS SEPPIR	133.931.560,00
Atenção à Saúde das Populações Quilombolas	Fomento da gestão participativa em saúde	MS SEPPIR	416.000,00
Fortalecimento Institucional	28 propostas de fortalecimento institucional e desenvolvimento local	SEPPIR	3.068.000,00
Bolsa Família	Transferência direta de renda a famílias quilombolas	MDS SEPPIR	18.600.000,00
Educação Quilombola	Alfabetização de quilombolas	MDS SEPPIR	2.800.000,00
Balcão de Direitos Humanos	Assistência Jurídica Humanitária Global as Comunidades Indígenas e Quilombolas Ensinando Quilombolas a Cobrar Seus Direitos Cidadãos - Cidadania Quilombola Defesa dos Direitos e Promoção da Cidadania dos Quilombolas Marajoaras Promoção da Cidadania Quilombola e no Vale do Ribeira Regularização Fundiária e Sustentabilidade das Populações Tradicionais: Fundo de Pasto.	SEDH SEPPIR	-



Ação	Resultados/Atividades	Órgão Responsável	Valor R\$
Alimentação Escolar	Repasse de recursos a municípios com presença de comunidades quilombolas	MDS SEPPIR	1.345.497,54
Juventude	Realização de Pesquisa sobre a precária situação da infância quilombola, parceria com o UNICEF: Projeto Zanauandê – Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais.	SEPPIR SEDH	-
Prêmio Territórios Quilombolas	Realização da 3ª edição do prêmio que visa estimular ações e pesquisas em territórios quilombolas	SEPPIR MDA	-
Ação Integrada Terreiros do Brasil	Realização da 3ª edição do prêmio que visa estimular ações e pesquisas em territórios quilombolas	SEPPIR IPHAN/FCP MJ/SEDH MS/SPM ESPORTES AGU/MTE	1.333.000,00
Ações para as etnias ciganas	Criação do Centro de Referência para Comunidade Cigana, Souza-PB I Encontro Nacional de Cultura Cigana	SEPPIR	237.169,59
Distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos	Indígenas Quilombolas Atingidos por barragens Comunidades de Terreiro Famílias acampadas Famílias de marisqueiras e caranguejeiras	MDS SEPPIR FCP	41.400.000,00
Inclusão do pescado na merenda escolar	Capacitação de 129 merendeiras e 108 pescadores, em 21 municípios de PE	SEAP FNDE	97.920,00
Telecentro da Pesca Maré	Inclusão Digital para comunidades de pescadores Revitalizar 37 telecentros e implantar 21 novos telecentros (16 estados)	SEAP GESAC MCT	1.334.000,00
Políticas Culturais para a Pesca Artesanal	Realização de Oficina de Escuta para a elaboração de um programa nacional de Políticas Públicas Culturais para a Pesca Artesanal (representantes de 16 estados)	SEAP MINC ICMBIO MMA	290.315,00



Ação	Resultados/Atividades	Órgão Responsável	Valor R\$
Valorizando o conhecimento tradicional	Apoio a projetos de renovação da frota artesanal no território nacional: Projeto Barcos do Brasil	SEAP IPHAN	350.000,00
Mais Cultura	Implantação de: Pontos de Cultura em 58 Comunidades; Pontinhos de Cultura em 03 Comunidades; Pontos de Leitura em 06 Comunidades e Bibliotecas em 11 Comunidades	MinC	12.630.000,00
Editais Audiovisuais	49 projetos apoiados	MinC	1.470.000,00
Edital Prêmio Culturas Populares	-239 prêmios pagos -Reunião da Comissão de Seleção -Oficinas Preparatórias realizadas em 10 estados brasileiros visando a divulgação do edital, a mobilização, orientação e capacitação do público interessado para uso dos instrumentais e procedimentos necessários à participação no edital.	MinC	2.431.515,29
Correalização do IV Encontro Mestres do Mundo (CE)	Viabilização da participação de 260 Mestres das Culturas Populares na IV Edição do Encontro (acima descrito), em Juazeiro do Norte/Crato/Barbalha (CE)	MinC	600.000,00
Publicação do II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares e do I Encontro Sul-Americano de Cultura Populares	Desenvolvimento de publicação contendo as diretrizes e ações apontadas pelos participantes para a formulação de políticas públicas específicas e mais efetivas; textos de gestores públicos e intelectuais especialistas no tema.	MinC	54.000,00
Correalização do II Encontro Sul-Americano de Cultura Populares (Caracas, Venezuela)	Viabilização da participação da delegação brasileira, composta por membros do governo e 20 mestres e brincantes da cultura popular.	MinC	351.295,98
Edital Culturas Ciganas	Realização da cerimônia de premiação e pagamento de 20 prêmios	MinC	218.400,00
Apoio ao projeto Federação das Artes do Ceará (CE)	Projeto que promoveu a capacidade artístico-cultural em 12 municípios da região da Serra da Ibiapaba/CE, por meio de 25 oficinas do FUI - Festival União da Ibiapaba - 2008.	MinC	81.104,00



Ação	Resultados/Atividades	Órgão Responsável	Valor R\$
Apoio ao projeto Festa da Lavadeira - a última festa popular do século XX	Montagem e finalização do DVD da Festa da Lavadeira.	MinC	81.275,00
Apoio ao projeto Seminário de Ações Integradas da Comissão Nacional de Folclore (SP)	Realização do Seminário que pretende reunir os dirigentes e membros das Comissões Estaduais de Folclores de todo o País, em São Paulo, para discutir políticas públicas para a preservação do patrimônio material e imaterial da cultura brasileira.	MinC	96.000,00
Apoio ao projeto Praça das Identidades Culturais	Foram realizadas atividades no âmbito das culturas populares tradicionais dentro do VII Festival Internacional de Teatro de Bonecos de Brasília.	MinC	97.030,40
Apoio ao projeto VIII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros (GO)	Realização do VIII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, na Vila de São Jorge, Alto Paraíso de Goiás (GO).	MinC	120.000,00
Apoio ao projeto Festival Popular de Cantadores Repentista Campeões da Arte do Improviso ao Som da Viola, Poetas Cordelistas, Coquistas Emboladores e Sanfoneiros	Realização de Festival da Cultura Popular, com contadores repentistas, poetas cordelistas, coquistas emboladores e sanfoneiros, apologistas vindos do Nordeste, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.	MinC	188.500,00
Apoio ao projeto II Encontro com Mestres Populares na UFRJ (Rio de Janeiro, 2008)	O evento reuniu mestres populares de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro para oficinas, debates e trocas de experiência.	MinC	50.558,25
Etnodesenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos.	Desenvolvimento de 378 comunidades remanescentes de quilombos, urbanas e rurais, de modo a assegurar seu etnodesenvolvimento, coerente com suas necessidades e com a tradição cultural afrobrasileira.	Fundação Cultural Palmares	529.294,00
Proteção às comunidades negras	Preservação das expressões culturais e do patrimônio material e imaterial de 235 comunidades negras tradicionais, respeitando suas características culturais, ideológicas, filosóficas e históricas.	Fundação Cultural Palmares	887.009,00

Ação	Resultados/Atividades	Órgão Responsável	Valor R\$
Assistência Jurídica às comunidades remanescentes de quilombos.	Assessoria jurídica a 200 comunidades remanescentes de quilombos, de forma a assegurar a integridade territorial e o patrimônio cultural destas.	Fundação Cultural Palmares	-
Política Nacional de Atenção Básica	Transferência Fundo a Fundo para atuação de 400 equipes de Saúde da Família em comunidades quilombolas. Transferência Fundo a Fundo para 455 municípios que possuem população indígena.	MS	26.800.000,00
Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto Presidencial Nº 5.813, 22 de junho de 2006)	Elaboração do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Portaria Interministerial Nº. 2.960, de 09 de dezembro de 2008 (DOU 10/12/2008) Instalação do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Portaria Interministerial Nº. 2.960, de 09 de dezembro de 2008 (DOU 10/12/2008) – Contempla representante de Povos e Comunidades Tradicionais. (em tramitação)	MS	-
Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta	Elaboração da política - em tramitação nas instâncias do Ministério da Saúde.	MS	-
Ação de Educação Escolar para Comunidades Remanescentes de Quilombos*	Formação continuada de 831 professores formados, sendo 78.358 alunos beneficiados Elaboração, edição e distribuição de material didático e paradidático específico, beneficiando 158.655 alunos e 1.250 professores Aquisição de literatura infantojuvenil, atendendo ao Parecer nº 03/2004 do Conselho Nacional de Educação, beneficiando 56.373 alunos Construção e equipamento de 64 salas de aula, beneficiando 3.941 alunos Criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, cujo valor per capita é o dobro do oferecido a outros segmentos populacionais.	MEC	6.091.634,00
Projeto Guardiões da Amazônia	Realizar ações que promovam a Ciência, Tecnologia e Inovação.	MS	200.000,00
TOTAL DE RECURSOS R\$			258.181.078,05

*Ação desenvolvida no período de 2004-2008.

2.4. EIXO 4 - FOMENTO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Este eixo visa a proteção e valorização das práticas e conhecimentos tradicionais; o reconhecimento e fortalecimento das instituições e formas de organização social; o fomento e implementação de projetos de produção sustentável. No Quadro 5 verifica-se que, em 2008, foram gastos R\$ 193.597.603,57 (cento e noventa e três milhões e quinhentos e noventa e sete mil e seiscentos e três reais e cinquenta e sete centavos) para atingir os objetivos deste eixo.

Um aspecto importante a ser destacado são as ações de capacitação como elemento estratégico para o fomento da produção sustentável, objetivando, a longo prazo, a sustentabilidade dos resultados.

QUADRO 5. AÇÕES PARA O FOMENTO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Ação	Resultados/Atividades	Órgão Responsável	Valor R\$
Fomento à Produção Sustentável	Apoio aos projetos de organizações das comunidades tradicionais Projetos, parceria SEPIR/ Eletrobrás.	SEDR/MMA, SBF/MMA, SEPIR	11.754.755,70
Capacitação Profissional	Cursos de alfabetização e qualificação profissional para os 9505 pescadores que ficaram impedidos de exercer a pesca da lagosta, em função das instruções normativas do IBAMA e da SEAP	SEAP	423.235,00
Pescando Letras	Alfabetização de Jovens e Adultos Pescadores (Brasil Alfabetizado)	SEAP MEC	-
Programa de Apoio à Comercialização de Produtos Extrativistas	Inclusão de 7 produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM (açai, castanha do brasil, babaçu, piaçava, carnaúba, seringa e pequi) Ampliação da pauta de produtos extrativistas no Programa de Aquisição de Alimentos/PAA, de 8 para 15 produtos (barú, pequi, mangaba, pinhão, erva-mate, jatobá, palmito, açai, buriti, babaçu, cupuaçu, umbu, maracujá nativo, castanha do brasil, pupunha)	MMA, CONAB, MDA	100.000,00
Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade	Realização de Seminários Regionais e Nacional para elaboração do Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade – com 1.006 participantes.	MMA, MDA, MDS, GTZ, Sebrae, Funbio, MME, BNB, BASA, CNI, AMMA	747.898,63



Ação	Resultados/Atividades	Órgão Responsável	Valor R\$
Capacitação	<p>Realização de Oficinas de "Mapeamento e Planejamento participativo de cada cadeia de produtos da sociobiodiversidade"</p> <p>Capacitações "Metodologia para promoção de cadeias de valor da sociobiodiversidade" - Value Links, Oficinas para elaboração de projetos</p> <p>Oficinas para a capacitação de técnicos do MMA e atores estratégicos nas regiões para acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),</p> <p>Realização de Oficina de gestão de projetos</p> <p>Capacitações em temas voltados ao manejo florestal e múltiplo uso da floresta para comunidades - ATER/ATF</p> <p>Capacitação em manejo florestal e agroflorestas de técnicos que prestam serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES)</p> <p>Capacitação de técnicos ATER/ INCRA</p> <p>ATER Florestal, 13 assentamentos na caatinga Pernambucana</p> <p>Inventário florestal do PAF Jequitibá</p> <p>Diagnóstico para a implementação de Manejo Florestal Comunitário em nove assentamentos.</p> <p>Realização de quatro cursos para: Formação de Agentes de ATER para atuação com quilombolas, capacitados 120 profissionais</p> <p>Capacitação na cadeia produtiva da cana-de-açúcar</p> <p>Realização de dois cursos de 40 horas para a Formação de Agentes de ATER em atuação com indígenas, capacitados 73 profissionais</p>	SEDR/MMA, SFB/MMA, MDS, CONAB, Incra, MDA, SEPPIR, MI	3.299.567,00
Elaboração da Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar	Política aprovada em Reuniões ordinárias da Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO) e Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP)	SBF/MMA	-
Assistência Técnica e Extensão Rural	<p>Apoiados 12 projetos em 59 comunidades</p> <p>870 mulheres beneficiárias com projetos para assistência técnica</p> <p>Apoiados 07 projetos em 17 Terras Indígenas</p>	MDA	4.022.050,94
Comercialização de produtos étnicos	Participação de 21 empreendimentos de 13 estados na V Feira Nacional de Agricultura Familiar	MDA	147.000,00

Ação	Resultados/Atividades	Órgão Responsável	Valor R\$
Inclusão Produtiva	Realizado em parceria com a Petrobras 10 projetos de inclusão produtiva, sendo beneficiadas 4.118 pessoas. Realizado em parceria com a CEF 7 projetos de inclusão produtiva.	SEPPIR	11.870.942,92
Prêmio Territórios Quilombolas	Realização da 3ª edição do prêmio que visa estimular ações e pesquisas em territórios quilombolas.	SEPPIR MDA	68.000,00
Centro Integrado da Pesca Artesanal – CIPAR	13 CIPAR instalados em 10 estados (Diagnósticos Rápido Participativos, aquisição de equipamentos e algumas obras realizadas)	SEAP	10.053.523,44
Apoio à Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal	Edital Público para cadastramento de entidades para instalação de 26 fábricas de gelo em comunidades de pescadores (11 estados) Edital Público para cadastramento de entidades para instalação de 09 cozinhas comunitárias (08 estados), 01 acampamento de pescadores (BA), 09 projetos de manipulação de mariscos (06 estados) e 12 pontos fixos de comercialização (07 estados) Edital Público para compra de caminhões frigoríficos para transporte de gelo e pescado Distribuição de 125 kits Feira do Peixe para a comercialização direta de pescado Edital Público para aquisição e distribuição de tanques de óleo diesel	SEAP, CONAB	144.412.162,00
Apoio às organizações produtivas de mulheres	600 mulheres beneficiárias com apoio a projeto para o fortalecimento de suas organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da econômica solidária e feminista, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural.	MDA	356.859,00
Apoio ao fortalecimento Institucional	600 mulheres beneficiárias com um projeto para a realização de encontros regionais	MDA	240.619,86



Ação	Resultados/Atividades	Órgão Responsável	Valor R\$
Projeto Alternativas de Produção Sustentável em Comunidades Ribeirinhas do Estado do Amazonas	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades atendidas, através do estímulo às atividades produtivas em critérios sustentáveis na produção de mel e criação de galinha caipira, geração de renda e fortalecimento da organização sociopolítica local.	MCT	21.549,64
Projeto Nãndeva - Programa Tradicional de Artesanato	Valorizar a identidade cultural da produção artesanal.	MCT	200.000,00
Projeto Pesquisa do Licuri para Transferência de Tecnologia a Agricultores Familiares de Caldeirão Grande/ BA (Extrativistas)	Contribuir para o desenvolvimento sustentável da região do semi-árido a partir do fortalecimento da cadeia produtiva do licuri.	MCT	200.000,00
Projeto Consolidação de Centros de Treinamento e Difusão Tecnológica Florestal em Comunidades Rurais da Amazônia (Ribeirinhos)	Consolidar Centros de Treinamento e Difusão Tecnológica Florestal em Comunidades Rurais da Amazônia	MCT	567.439,44
Projeto Implantação de um programa de qualidade na cadeia produtiva do Açaí em Macapá, Santana e Mazagão (Extrativistas)	Implantar um programa de qualidade na cadeia produtiva do açaí através das Boas Práticas de Fabricação para produtores e amassadeiras de açaí, nos municípios de Macapá, Santana e Mazagão para garantir a qualidade no processamento da fruta.	MCT	112.000,00
Edital MCT/CNPq/SEAP-PR/CT-Agronegócio/CT-VerdeAmarelo/CT-Saúde/ CT-Hidro – Nº 07/2008	Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Geração e Disponibilização de Tecnologias para a Agricultura Familiar de Base Ecológica, Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas.	MCT, SEAP/PR	5.000.000,00
TOTAL DE RECURSOS R\$			193.597.603,57



3. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

A primeira conclusão é que as ações voltadas para Povos e Comunidades Tradicionais executaram, em 2008, recursos na ordem de R\$ 543.254.769,17 (quinhentos e quarenta e três milhões e duzentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e sessenta e nove reais e dezessete centavos). Isto indica que o governo, em meio a um processo de início de crise econômica mundial, buscou cumprir os compromissos assumidos com o atendimento das diretrizes apontadas na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

É fundamental destacar que os Povos e Comunidades Tradicionais encontram-se, em sua maioria, em situação de pobreza, sem acesso aos serviços públicos básicos, portanto, os impactos das ações implementadas são bem mais elevados do que o representado pelo montante de recursos mobilizados.

Verifica-se nos Quadros 1, 3, 4 e 5 que para atingir os resultados, nos eixos da PNPCT, foi realizado, um grande número de atividades de capacitação. As comunidades habilitadas passaram a acessar serviços públicos dos quais, antes, estavam excluídas; participaram dos fóruns locais de debate e negociação de políticas públicas; reconheceram seu valor e a importância dos seus conhecimentos, passados de geração à geração, visando a conservação da biodiversidade.

Este pacto entre Estado e Povos e Comunidades Tradicionais induzindo investimentos públicos e privados, ampliando a oferta de bens de cidadania, tem reflexos imediatos na valorização dos seus produtos, sendo um poderoso instrumento na rápida trajetória ascendente de crescimento econômico e social e de empoderamento destes Povos e Comunidades.

4. DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS – PLANO DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (2009 – 2010)

Face ao conjunto de dados e informações apresentados nos itens acima, um dos principais desafios que se apresenta é o monitoramento sistemático dessas ações, principalmente por parte do próprio público beneficiário: povos e comunidades tradicionais. Torna-se fundamental ativar mecanismos de controle social.

Neste sentido, é importante destacar que a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) apresenta instrumentos desenhados para esse fim: a Comissão Nacional de

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), a Articulação Nacional da Sociedade Civil de Povos e Comunidades Tradicionais, em construção, e os fóruns regionais e locais, que precisam ser constantemente analisados e fortalecidos como instâncias estratégicas de participação, articulação, formulação, execução e acompanhamento de ações visando os interessados.

Uma outra estratégia da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais tem sido a promoção de audiências públicas nas Assembléias Legislativas dos estados, visando a apresentação de Projetos de Lei favoráveis aos Povos e Comunidades Tradicionais; além da construção e pactuação de agendas com governos estaduais e municipais, do fomento à criação de instâncias governamentais para atendimento desses grupos nos governos estaduais e municipais e, sobretudo, a criação de ações e programas nos seus Planos Plurianuais.

Alguns estados já dispõem de pastas ou assessorias específicas para povos e comunidades tradicionais, bem como recursos provisionados para implementação da Política, outros já dispõem de Leis e Decretos favoráveis e estão criando Comissões Estaduais paritárias subsidiárias da CNPCT. Nesse sentido, um dos desafios é estender estas conquistas para todos os estados da Federação.

Com relação à resolução de conflitos em territórios tradicionais é imprescindível estabelecer diálogos específicos com os setores governamentais responsáveis pela sua gestão, pois muitas demandas sobre este tema têm sido apresentadas no âmbito da CNPCT.

Não menos importante é a necessidade de estabelecer mecanismos de apoio aos povos e comunidades tradicionais, pelo desenvolvimento de instrumentos governamentais, que se orientem embasados nos princípios da administração pública e que considerem o contexto social e econômico onde essas comunidades se desenvolvem.

Para atuar de modo consistente frente ao conjunto de desafios para a implementação da PNPCT, tem-se adotado a elaboração do Plano Plurianual, instrumento da política, no qual são definidas as ações e metas para povos e comunidades tradicionais.

Atualmente, esse Plano se materializa na definição das ações prioritárias para o período de 2009 e 2010. Sua execução depende da disponibilidade contínua de recursos orçamentários, contratação e capacitação de equipes técnicas permanentes nas instituições públicas e nas comunidades, em âmbito nacional, regional e local.

Nos Quadros 5, 6 e 7, a seguir, encontram-se ações estabelecidas, de modo integrado, entre os órgãos da administração pública, como prioritárias para o desenvolvimento econômico e social de povos e comunidades tradicionais, no período de 2009-2010. As informações são apresentadas por eixo da PNPCT.



Ações do Plano Prioritário 2009/2010	Atividade	Meta Física – Global	Meta Financeira R\$	Órgão Responsável
Eixo 1 – Acesso aos Territórios Tradicionais e Recursos Naturais				
Criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável	Criação de Reservas Extrativistas ou de Desenvolvimento Sustentável	19 Reservas Extrativistas e uma RDS em 9 estados Mais de 100.000 pessoas	1.210.000,00	ICMBio MDA
Regularização Fundiária	Regularização fundiária em áreas prioritárias à implementação do Plano de apoio e fomento a cadeias produtivas da sociobiodiversidade	Regularizar propriedades que se enquadrem no disposto na Medida Provisória 458, de 10/2/2009	-	MDA Incrá
Levantamento sobre Povos e Comunidades Tradicionais na base de dados do Censo	Elaboração de metodologia de criação de variáveis para identificação dos povos e comunidades tradicionais na base de dados do Censo Agropecuário 2007 do IBGE	-	30.000,00	MDS
Acordo de Cooperação MDA/IBGE Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais	Produção de mapas com informações sobre Povos e Comunidades Tradicionais	Identificação de Povos e Comunidades Tradicionais	-	IBGE
Eixo 2 - Infraestrutura				
Luz para todos	2009 – ações já contratadas ou em fase avançada de contratação, identificadas pelo MMA e MME em áreas estratégicas para povos e comunidades tradicionais 2010 – ações propostas pelo MMA para serem negociadas com o MME	33.452 consumidores finais beneficiados em 69 municípios de 5 estados	-	MME



Ações do Plano Prioritário 2009/2010	Atividade	Meta Física – Global	Meta Financeira R\$	Órgão Responsável
Eixo 3 - Inclusão Social				
Inclusão digital priorizando as cadeias produtivas.	Instalar pontos de cultura em áreas prioritárias à comercialização de produtos das cadeias da sociobiodiversidade.	21 pontos de cultura em territórios prioritários.	3.965.000,00	MMA
Segurança alimentar e nutricional.	Projetos de produção para o autoconsumo.	Lançamento de editais para seleção dos projetos a serem beneficiados.	5.090.000,00	MDS
Fortalecimento institucional.	Formação de Rede de Organizações da Sociedade Civil.	Rede de organizações nacionais representativas e parceiras de PCTs	700.000,00	MMA
Centro Nacional de Informações e de Referência da Cultura Negra	Construção do Centro Nacional	Realização de licenciamento ambiental Modernização e funcionamento do acervo cultural da FCP Modernização e funcionamento do arquivo institucional Impressão de publicações sobre cultura afro-brasileira Duplicação de DVD e CD Construção da sede do CNIRC Pesquisa sobre manifestações culturais afro-brasileiras Disseminação dos dados e informações produzidas ou apoiadas pela FCP	3.800.000,00	Fundação Cultural Palmares
Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica	Realizar mutirões para emissão de registro civil de nascimento e documentação básica	255 municípios das regiões Norte e Nordeste atendidos	-	SEDH

Ações do Plano Prioritário 2009/2010	Atividade	Meta Física – Global	Meta Financeira R\$	Órgão Responsável
Eixo 3 - Inclusão Social				
Proteção aos bens culturais afro-brasileiros	Garantir a preservação das expressões culturais e do patrimônio material e imaterial das comunidades negras tradicionais, respeitando suas características culturais, ideológicas, filosóficas e históricas.	Equipamentos, serviço de limpeza, guarda e preservação do Parque Quilombo dos Palmares – Serra da Barriga-AL Documentário Railda de Oxum	760.166,16	MDS
Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos.	Prestar assistência jurídicas às comunidades quilombolas visando assegurar a integridade territorial e o patrimônio cultural destas.	-	10.000,00	FCP
Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombos.	Implementar ações voltadas para o desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos, urbanas e rurais, de modo a assegurar seu etnodesenvolvimento, coerente com suas necessidades e com a tradição cultural afro-brasileira.	Equipamentos para restaurante na Serra da Barriga Equipamentos para Posto de Observação e Fiscalização do Parque Memorial Zumbi Promoção da preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira I Encontro Internacional entre Palenques e Quilombos	917.085,05	FCP
Fomento a projetos de cultura afro-brasileira	Apoiar eventos ligados ao calendário de festas e manifestações culturais afro-brasileiras	Festa de Iemanjá; Cidade do Funk; III Encontro de Cinema Negro Brasil, África e América Latina; Dia Nacional de Combate à Intolerância religiosa; Aniversário da Palmares; Fala Crioulo; Pontão de Cultura	5.001.532,57	FCP

Ações do Plano Prioritário 2009/2010	Atividade	Meta Física – Global	Meta Financeira R\$	Órgão Responsável
Eixo 4 - Fomento à Produção Sustentável				
Centros Integrados de Pesca Artesanal - CIPAR	Conclusão e/ou encaminhamento do restante das obras de infra-estrutura Concluir convênios para incubação para gestão do CIPAR Implementar projeto de capacitação e elaboração de planos locais para gestão compartilhada dos recursos pesqueiros.	13 CIPAR	21.053.288,02	SEAP
Capacitação Profissional	Capacitação para autogestão de empreendimentos da pesca artesanal (fábricas de gelo, pequenos empreendimentos, telecentros)	Capacitar 227 empreendimentos da pesca artesanal	3.000.000,00	SEAP
III Conferência Nacional de Pesca e Aquicultura	- Conferência com a participação de delegados de todos os estados da federação, para consolidação da Política de Estado para Pesca e Aquicultura	2.000 participantes	6.000.000,00	SEAP
Consolidação de mercados institucionais para os produtos da sociobiodiversidade	Fortalecimento da comercialização de produtos extrativistas (PGPM) Fortalecimento da comercialização de produtos extrativistas no PAA	47.500 famílias atendidas	14.000.000,00	MDA/CONAB/ MMA
		2.500 famílias atendidas	8.000.000,00	MDS
Estruturação local das cadeias da sociobiodiversidade.	Capacitação e adequação de infraestrutura de beneficiamento.	10 grupos gestores instituídos e em funcionamento 10 canais de comercialização consolidados	9.750.000,00	MMA
Estruturação nacional das cadeias da sociobiodiversidade	Implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade	Duas cadeias finalizadas: Castanha-do-Brasil (80 municípios) e Babaçu (134 municípios)	4.300.000,00	MMA/MDA/MDS
Projeto de apoio para a estruturação de mini-fábricas familiares de produção de doce e óleo de buriti	Estruturação e fortalecimento da cadeia do buriti no Estado do Piauí e consolidação de Grupo Gestor da Cadeia do Buriti para o território.	Estimular o uso sustentável do buriti no Estado do Piauí de forma a aumentar a renda de seus produtores; Capacitar técnicos e produtores familiares no beneficiamento do buriti; Propiciar a troca de experiência entre os grupos produtores e pesquisadores do buriti; Produzir conhecimento sobre o buriti, enfocando a utilização sustentável do fruto e desenvolvimento de tecnologias para agregação de valor aos seus produtos; Aprimorar a produção e comercialização na cadeia do buriti.	200.000,00	MCT

Governo Federal

Presidência

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (Titular e suplente)
- Ministério do Meio Ambiente – MMA (Titular e suplente) **Secretaria Executiva**
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (Titular e suplente)
- Ministério da Cultura – MinC (Titular e suplente)
- Ministério da Educação – MEC (Titular e suplente)
- Ministério do Trabalho – MTE (Titular e suplente)
- Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR (Titular e suplente)
- Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República – SEAP (Titular e suplente)
- Fundação Cultural Palmares (Titular e suplente)
- Fundação Nacional do Índio – FUNAI (Titular e suplente)
- Fundação Nacional de Saúde – FUNASA
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (Titular e suplente)
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (Titular e suplente)
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Titular e suplente)

Sociedade Civil

- Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas – AMAS (Titular e suplente)
- Conselho Nacional de Seringueiros – CNS (Titular e suplente)
- Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia (Titular e suplente)
- Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ (Titular e suplente)
- Grupo de Trabalho Amazônico – GTA (Titular e suplente)
- Rede Faxinais (Titular e suplente)
- Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE (Titular e suplente)
- Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU (Titular) e Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à alimentação – Rede Kôdya (Suplente)
- Associação de Preservação da Cultura Cigana – APRECI (Titular) e Centro de Estudos e Discussão Romani – CEDRO (Suplente)
- Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas (Titular) e Associação Cultural Alemã do Espírito Santo (Suplente)
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB (Titular) e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME (Suplente)
- Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento Sustentável – FORMAD (Titular) e Colônia de pescadores CZ-5 (Suplente)
- Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB (Titular) e Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Suplente)
- Rede Caiçara de Cultura (Titular) e União dos Moradores da Juréia (Suplente)
- Rede Cerrado (Titular) e Articulação Pacari (Suplente)

CONTATOS

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Secretaria Executiva da CNPCT
Telefone: (61) 3317-1669
Esplanada dos Ministérios, Bloco B
Sala 756 – 7º Andar
CEP 70.068-901 - Brasília-DF
secex.cnpct@mma.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

Presidência da CNPCT
Telefone: (61) 3433-1504
Esplanada dos Ministérios Bloco A
Sala 442 - 4º andar
CEP: 70.046-900 – Brasília-DF
comunidades.tradicionais@mds.gov.br





Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos
Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT

Ministério do
Meio Ambiente

